

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO TRABALHO DA
MM.^a VARA DO TRABALHO DE**

..... (nome completo),
..... (nacionalidade), (estado civil), (profissão),
nascido em (dia, mês, ano), portador da cédula de identidade RG nº
....., inscrito no CPF/MF sob nº, portador da CTPS nº -
sériea, residente e domiciliado à (endereço completo: rua [av.], nº,
complemento, bairro, cidade, CEP, UF), por seu Advogado e bastante procurador
in fine assinado, constituído nos termos do incluso instrumento de mandato (doc.
.....), vem, respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a
presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em face de (razão social completa), inscrita no CNPJ sob nº
....., localizada na (endereço completo: rua [av.], nº,
complemento, bairro, cidade, CEP, UF), pelos motivos de fato e de direito abaixo
aduzidos:

DO CONTRATO DE TRABALHO

O RECLAMANTE foi admitido em (dia, mês e ano) para exercer a função de e em (dia, mês e ano) foi dispensado sem justa causa (doc.).

Porém, até o momento, apesar de insistentes apelos a RECLAMADA, não efetuou nenhum pagamento referente às verbas rescisórias, valores esses que deverão ser pagos quando da audiência inaugural, sob pena de pagamento em dobro, conforme dispõe o artigo 467 da CLT e sem as demais verbas rescisórias.

I – DA JORNADA DE TRABALHO

O RECLAMANTE cumpriu o seguinte horário de trabalho: (especificar horários), com (.....) hora para almoço e descanso.

II – DA INADIMPLÊNCIA DA RECLAMADA

A. DO SALDO DE SALÁRIO

A RECLAMANTE faz jus ao pagamento do saldo de salário equivalente a 19 (dezenove) dias trabalhados no mês de novembro do ano de 2001 e que ainda não lhe foram pagas.

B. DAS FÉRIAS E DA MULTA

A RECLAMANTE faz jus ao pagamento na forma indenizatória do período de férias integrais do período de, na proporção de (..... doze-avos), ambas acrescidas de 1/3 constitucional e da multa do artigo 137 da CLT, e ainda não pagas pela RECLAMADA.

C. DO 13º SALÁRIO

A RECLAMANTE laborou para a RECLAMADA desde (dia, mês e ano), porém, não recebeu o devido 13º salário integral referente ao

período trabalhado de (ano) e(ano), conforme o previsto na Lei nº 4.090/62 em seu artigo 3º, incluindo-se o período do aviso prévio.

D. DO FGTS E MULTA

A RECLAMADA deixou de efetuar corretamente os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Por não haver recolhido devidamente os valores referentes ao FGTS durante o período do pacto laboral, deverá ser expedido à autoridade competente a determinação para que proceda a expedição da Notificação para Depósito do Fundo de Garantia – NDFG.

Deverá, portanto, a RECLAMADA, ser condenada no pagamento dos mesmos, atualizados, e com correção monetária mais multa de 20% (vinte por cento), como também ao pagamento do acréscimo a ser efetuado no montante de 40% (quarenta por cento), conforme dispõe a Lei 8.036/90, em seu artigo 18, § 1º e artigo 22.

E. DO AVISO PRÉVIO

É devido à RECLAMANTE o aviso prévio remunerado de acordo com o § 4º do artigo 487 da CLT.

F. DA MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT

Em virtude da RECLAMANTE não ter dado motivo para a cessação das relações de trabalho, sendo, portanto, dispensada sem justa causa, a mesma tem o direito de haver da RECLAMADA uma indenização, paga na base de maior remuneração que tenha percebido, conforme prevê o dispositivo do § 8º do artigo 477 da CLT.

G. DAS VERBAS RESCISÓRIAS E MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT

A RECLAMANTE foi dispensada sem justa causa em

(dia, mês e ano) e não percebeu os respectivos direitos rescisórios, dentre os quais o saldo de salário, as férias integrais vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional; os 13^{os} salários (integral e proporcional), aviso prévio, o FGTS mais a multa de 40%.

Assim, postula a RECLAMANTE, seja CONDENADA A RECLAMADA, quando da audiência inaugural, a efetuar todo o pagamento das verbas rescisórias incontroversas.

DIANTE DO EXPOSTO PLEITEIA:

A – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

- I – saldo de salário de (.....) dias..... R\$
- II – férias integrais de..... (ano), mais 1/3 constitucional..... R\$
- III – férias proporcionais (.../12), mais 1/3 constitucional..... R\$
- IV – 13º salário de (ano)..... R\$
- V – 13º salário proporcional (.../12)..... R\$
- VI – aviso prévio remunerado..... R\$
- VII – Fundo de Garantia por tempo de serviço do mês da rescisão.. R\$
- VIII – multa de 40% do FGTS mais (+) 20% sobre o total..... R\$
- IX – multa do artigo 477 da CLT..... R\$
- X – multa do artigo 467 da CLT no que couber
- XI – juros e correção Monetária.....R\$

B – DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

- I – Fornecimento das devidas guias para levantamento do FGTS
- II – Fornecimento das guias referentes ao Seguro Desemprego (CD);

Requer ainda a esse MM Juízo a expedição de ofício à DRT-SP a fim de que sejam apuradas as irregularidades e aplicadas as penalidades

cabíveis.

Reitera o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei nº 1.060/1950, por ser pessoa economicamente pobre, na acepção jurídica do termo, conforme declaração em anexo (doc.).

Ante todo o exposto, requer a notificação da RECLAMADA para audiência a ser designada por esse MM. Juízo, com o depoimento pessoal da RECLAMADA por meio de seu representante legal, sob pena de revelia e confissão, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos e que ao final seja julgada **PROCEDENTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO**, condenando-se a RECLAMADA no pagamento do pedido nos exatos termos da exordial, atualizando-se e corrigindo-se todos os valores até a data do efetivo pagamento.

Dá-se à presente o valor de R\$ (valor por extenso), para todos os efeitos legais.

Termos em que
Pede Deferimento.

....., de de
(local e data).

.....
Advogado (nome)
OAB/.... nº.....